

## XVII

### PRIMORDIOS DA EMANCIPAÇÃO

Em 1815, passara a colônia a ser o Reino do Brasil, em carta de lei de D. João VI. O Rio de Janeiro passara, desse modo, a representar a séde da monarquia portuguesa.

O soberano reconhecido á terra que o asilava, dispensava ao Brasil os mais altos privilégios.

O progresso econômico da nação, alentado pelas forças estrangeiras aí estabelecidas com as garantias da lei, avançava em todos os sectores da comunidade brasileira. Todo o país se rejubila com a nova-era de prosperidade geral.

No Rio, porém, o generoso príncipe sofria os mais acerbos desgostos no ambiente da família; era, talvez, em razão desses dissabores, que jamais se viu D. João VI perfeitamente integrado nas suas respeitaveis funções, no mundo oficial daquele tempo. São conhecidos o apêgo do soberano aos seus almoços solitários, sem as etiquetas da época; seu retrairo e desleixo pelas pequeninas formalidades que

constituem o problema da elegancia de um seculo. Com as roupas desabotoadas, mal contendo o corpo nas suas dobras em desalinho, muitas vezes foi ele visto, alheio ás serias preocupações da sua autoridade suprema, como se o seu espirito vagasse na paisagem de outros mundos. D. João acostumara-se á maravilhosa beleza do sítio da Guanabara e tomara-se de amor pela patria que os seus valorosos antepassados haviam edificado. Enquanto Napoleão Bonaparte lia o Eclesiastes, entre os seus infortunios na ilha solitaria de Santa Helena, para se convencer de que todas as glorias humanas não passam de vaidades e aflição de espirito, o principe regente preferia fazer os seus passeios pelos arredores do Paço de São Cristovão, esquecendo-se das mentiras sociais da corte de Lisboa. Aqui, no Brasil, ao menos o inédito dos céus sempre azues e das encantadoras perspectivas dos mórros verdõengos e floridos representava um suave anestesico para o seu coração dilacerado de filho, de espôso e de pai. Suas preocupações se dividiam entre a mãe demente, a espôsa desleal e incompreensível, e o filho perdulario e estroina. No seu cérebro não havia lugar para as considerações, em torno das transformações politicas da época, e a antiga metropole portuguesa continuava sob a orientação dos homens publicos da Inglaterra.

Todavia, em 1816, desprende-se do corpo enfermo e envelhecido o espirito de D. Maria I. A rainha experimentara algo de lucidez nos seus derradeiros dias de supremas tribulações. Por muito tempo, contudo, esteve apegada ás ilusões do seu trono, perseguida pelo vozerio das entidades desencarnadas em rigorosas sentenças de morte, por insinuação dos seus confessores e dos seus ministros. As torturas da Terra acompanham no Alem aqueles que as semearam na face do mundo, e foi assim que o calvario da infeliz soberana não terminou com os seus ultimos dias no orbe terrestre.

Nesse mesmo ano, casou-se o principe D. Pedro com a arquiduquesa Leopoldina da Austria. Alma sensivel e delicada, essa princesa européia era trazida ao Brasil de acordo com as determinações do mundo invisivel, para colaborar na realização dos elevados projetos de Ismael e dos seus mensageiros. Somente o seu coração, doce e submisso, poderia suportar resignadamente as estroinices do espôso, em um dos periodos mais delicados da sua vida, sem provocar escandalos que representariam atrasos na marcha dos acontecimentos previstos.

A esse tempo, em todas as côrtes da Europa, sopra fortemente o liberalismo, pressagian-do o fim do poder absoluto. A republica francesa havia desferido tremendos golpes em todos os preconceitos do sangue e da autoridade.

As constituições moldadas na célebre declaração dos direitos do homem e do cidadão surgiam em todos os países, dando ensejo á renovação de todas as liberdades políticas.

Depois da morte de D. Maria I, Portugal não se resigna com a situação de subalternidade a que era conduzido pela caprichosa vontade de D. João VI perseverando em permanecer no Brasil e prepara todos os elementos para a insurreição contra a ditadura despotica de Beresford, em cujas mãos inhabeis de administrador se encontrava o poder. A Maçonaria que, em todos os tempos, defendeu os principios da liberdade e da fraternidade humana, solicitada por elementos de Lisboa e de Pernambuco, não hesita em estender o seu concurso á independencia do Brasil, que constitue assunto de somenos importancia para os portugueses, desde que o soberano regressasse imediatamente á Europa, colocando-se á frente dos negocios do trono. A verdade, todavia, é que os pernambucanos exaltados não esperam a solução pelos processos pacificos e, exacerbados os antigos odios entre brasileiros e portugueses, que já haviam conduzido Recife e Olinda á guerra fratricida, promoveram a revolução de 1817, na qual se sacrificaram tantas vidas. Por essa época, apareceu em todo o norte do país o famoso "Preciso", redigido por Luiz de Mendonça, sob ameaça de fuzilamento. As comissões milita-

res designadas para reprimir o movimento, ordenaram fuzilamentos e crueldades que consternaram o coração do proprio rei, que as fez suspender sem perca de tempo, afim de que cessassem as arbitrariedades dos executores das ordens do Conde dos Arcos. A 6 de fevereiro de 1818, dia da coroação de D. João VI, o soberano concedeu anistia a todos os implicados.

Ismael e seus emissarios conseguiam, com a proteção de Jesus, fazer desabrochar por toda a parte os albores da paz, edificando os primordios da emancipação do Brasil.

Eis que, em 1820, rebenta em Lisboa e no Porto a revolução constitucionalista. Portugal, reduzido á condição de colonia desde a ocupação de Junot, reclamava a volta imediata da familia real á metropole portuguesa e o regime da constituição para a sua vida politica. As proprias tropas que se localizavam no Pará e na Baía aderiram ao movimento da patria. A ação constitucional era irresistivel. D. João VI busca procrastinar as suas decisões. Promete enviar o principe D. Pedro para examinar a situação, mas todos ou quase todos os portugueses do Brasil protestam contra as atitudes despistadoras do monarca. As tropas, aderindo aos movimentos do reino, reunem-se no Largo do Rocio. O momento era dos mais delicados...

Os colaboradores invisíveis, todavia, desdobram as suas atividades conciliadoras junto de todos os elementos políticos presentes na cidade e D. Pedro, depois daquelas combinações necessárias e rápidas, corre ao Paço de São Cristovão, de onde trás um decreto antedatado, com a assinatura do soberano declarando aceitar e fazer cumprir a constituição da Junta Revolucionária de Lisboa.

Os militares e a população entregam-se então às mais altas manifestações de alegria. Girandolas e bandeiras celebram nas ruas cariocas o acontecimento.

Entram, porém, em jôgo os interesses de Portugal e do Brasil. A 7 de março de 1821, D. João VI comunica a sua resolução de regressar á Lisboa e os favoritos da sua corte insinuam-lhe a supressão de todas as liberdades que ele havia outorgado á patria do Evangelho, mas a mentalidade brasileira protesta pela voz dos seus homens mais eminentes.

O generoso soberano, cujo reinado transcorria num dos períodos mais críticos da história do mundo, foi obrigado a deixar no Brasil o filho, como príncipe regente.

No momento das despedidas, profere ele a famosa recomendação: —

— “Pedro, se o Brasil se separar de Portugal, antes seja para ti, que me respeitarás, do que para algum desses aventureiros.”